

Um começo plausível: retornar buscando novos encontros

Que essas memórias possam seguir afetando-desdobrando e sejam, também, um pouco de possível, um pouco de ar para outras resistências e invenções de si e de mundos. (Coimbra, 2021, p. 171)

É preciso haver possibilidades outras de enlaces para que a vida não seja experimentada como insuportável, para que o intolerável não retire qualquer possibilidade de criação de outros destinos – “aliás, para aprender mais tarde a caminhar com sapatos rotos talvez seja bom ter os pés enxutos e aquecidos quando se é criança” (Ginzburg, 2015, p. 23).

Realizados por meio de veredas abertas em encontros com meninos que cumpriram medidas socioeducativas (Lei Federal n. 8.069/90, Título III – Da Prática de Ato Infracional), esses escritos foram motivados pela vontade de fazer conhecer percursos biográficos em um campo no qual pressupor o outro e as razões de suas condutas tem sido norma, dificultando que meninos se lancem a rumos singulares. Ocorre que ronda aqueles que recebem medida socioeducativa uma espécie de pressuposição sobre quem são que ameaça sua existência; a vida, que poderia se afirmar de tantas formas, quando nomeada e significada sob a lógica imperativa de certos modos de existir, tem enfraquecidas suas possibilidades de variação. Quando afirma o que uma vida é e o que deveria ser, avaliando-a de fora e com certezas que exigem não haver aproximação, a

medida socioeducativa produz algo de intolerável para muitos que a vivem, causando uma espécie de falta de ar que faz com que seja necessária a invenção de rachaduras em sua ordem para que se possa produzir outros ares no interior dela.

Em seu art. 112, a Lei Federal n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA]) diz que, quando verificada a prática de ato infracional, a autoridade judiciária pode aplicar ao adolescente entre 12 e 18 anos de idade as seguintes medidas socioeducativas: i) advertência; ii) obrigação de reparar o dano; iii) prestação de serviços à comunidade (PSC); iv) liberdade assistida (LA); v) inserção em regime de semiliberdade; e/ou vi) internação em estabelecimento educacional. As quatro últimas delas requerem acompanhamento de equipe especializada, sendo que prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida são conduzidas em meio aberto, quando o adolescente está em seu local de moradia, e semiliberdade e internação são executadas em instituição de restrição e privação da liberdade, respectivamente. Na maior parte do Brasil, as medidas socioeducativas em meio aberto são executadas pelas equipes do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), e as medidas de privação e restrição da liberdade são de responsabilidade dos estados – no caso de São Paulo, operacionalizadas pela Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA).¹

A medida socioeducativa se propõe a prover atenção socioassistencial em uma articulação entre o Sistema de Garantia de Direitos (Brasil, 2006) e as políticas públicas. A comunicação com o Poder Judiciário é uma constante, sendo o acompanhamento de cada pessoa atendida informado por meio de relatórios com base nos quais é determinado o seguimento ou o fim da sanção aplicada.

Nos últimos anos, dois eventos instigaram o anseio de indagar, uma vez mais, o campo socioeducativo. O primeiro, publicado como notícia em um jornal, informava que o Supremo Tribunal Federal havia marcado julgamento *contra* o Estatuto da Criança e do Adolescente. De acordo com o texto, o julgamento ocorreria a pedido do extinto Partido Social Liberal (PSL) por ação apresentada em 2005 que pretendia “endurecer punições a jovens infratores e [...] dar carta branca para autoridades apreenderem menores perambulando nas ruas para ‘averiguação’, mesmo sem indício de cometimento de qualquer irregularidade. Para o partido, são ‘vadios e sem rumo na vida’” (Brígido, 2019, s/n). Havia ali algo que remetia à época do também extinto Código de Menores (Brasil, 1927; 1979), quando inexistia a obrigação de averiguação da ação ilícita na apreensão de crianças e adolescentes, imperando a imagem do

1 Extinta Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), antigo órgão executor, em âmbito estadual, das diretrizes nacionais para a infância e a adolescência (Trassi, 2006).

menino pobre e vadio (Batista, 2003) que o destituía da possibilidade de ser visto em sua humanidade.

Três dias depois da veiculação da notícia, ocorreu o lançamento de uma pesquisa sobre a aplicação e a execução das medidas socioeducativas em meio aberto nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.² O estudo apontava a conservação do caráter punitivo em relação aos adolescentes a quem são atribuídas medidas socioeducativas em meio aberto em ambos os municípios, informando, entre outros dados, que a maior parte deles recebia a denominada “dupla medida”, quando prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida devem ser cumpridas concomitantemente, e vivia a “progressão de medida”, quando o Poder Judiciário aplica nova medida socioeducativa após o cumprimento daquela atribuída inicialmente, alongando o tempo de acompanhamento do adolescente.

Ambos os eventos, ocorridos em um mesmo período, colocavam em perspectiva a ideia de que o tempo de cumprimento da medida seria sempre insuficiente, como se residisse no maior prazo a solução para a violência. Era o tempo comparando como um aspecto corretivo e, mais uma vez, a ausência de perguntas sobre as intencionalidades colocadas sobre esse tempo: a que (ou a quem) serviria um prazo maior?

Como uma espiral que retorna de tempos em tempos, a defesa difundida popularmente de que, como lhes foram dados direitos por lei, esses adolescentes deveriam fazer diferente – ou serem diferentes –, é tema recorrente. Essa racionalidade é amplificada pela disseminação do medo por meio da reprodução de certa imagem que recai sobre o menino pobre, público majoritário da medida socioeducativa, alimentando a defesa da penalidade como correção à infração.

A medida tem cor: o menino que chega ao Sistema Socioeducativo, instituído pela Lei Federal n. 12.594/2012, não é apenas pobre (o que já seria muito), mas é pobre e negro (Brasil, 2012) – etnia cuja juventude é a que mais morre no país. Registros acerca de tais sujeitos, tornados matáveis, impróprios e destoantes, fazem ver que a igualdade afirmada na lei não opera na ponta da vida (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019). Com trajetórias despojadas daquilo que lhes é de direito, não podem ter a certeza de que estarão vivos no fim do dia, e são, na aparência, colocados de lado quando, em realidade, estão no centro da questão. A exclusão acontece nas miudezas do cotidiano, que, por serem contínuas, nada têm de insignificantes.

2 A pesquisa, intitulada “Juventude e cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto: entre a garantia de direitos e a judicialização”, foi apresentada no evento Execução das medidas socioeducativas para adolescentes: há mais o que saber sobre o “meio aberto”!, organizado pelo Núcleo de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social – Núcleo de Estudos em Seguridade e Assistência Social (Nepsas), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 15 de abril de 2019.

Os “meninos da medida” não se produzem sozinhos, e quando não pode haver nada além do pensamento já dado, os riscos de capturá-los, enlaçando-os em uma menor potência de vida, ampliam-se. Compreendendo-os por meio de noções que se naturalizaram e significando seus comportamentos de maneira homogênea, diferentes atores da medida socioeducativa furtam deles a possibilidade de serem compreendidos dentro de um emaranhado que envolve o território geográfico, a cor da pele, a classe social, o tempo histórico, as relações interpessoais e outros circuitos e elementos que compõem sua história.

O encadeamento que os enreda desaparece diante de nomeações que os isolam. Em função disso e apostando em uma escrita que envolve uma extensão afetiva os chamarei de *meninos*, porque essa dimensão de quem são – meninos – lhes é furtada desde muito cedo em uma infância que não pôde ser. Essa infância, muitas vezes, é uma memória e um estado para o qual não podem retornar, surrupiados nas lembranças dos instantes em que puderam ser outra coisa, experimentar algo de diferente. Essas páginas têm como uma de suas intenções devolver para aqueles que foram interlocutores algo desse furto: uma expansão que lhes é própria e que regressa quando podem falar de si em sua própria grandeza.

Na toada de abeirar quem são, os meninos que aqui aparecem foram nomeados por meio de vulgos que alguns deles informaram. “Vulgo” denota generalidade, aquilo que é comum, nomeando aqui tanto o que partilham todos os meninos que chegam ao Sistema Socioeducativo quanto o terreno no qual suas vidas caminham, destituídas, a olhos alheios, de singularidade. Alemão disse que eu poderia usar o seu, pois há muitos “Alemães” no mundo, e Likão acreditava que passaria despercebido, pois poucos o conheciam por esse apelido. Para os demais, foi preciso inventar um codinome, pois queriam aparecer com o nome próprio, sem conhecer a relação entre a escrita disseminada e a política que ela implica. Não trazer o nome próprio, além de ser uma ética que não expõe o coparticipante, é uma tática em defesa de quem partilhou situações e memórias que, nesse contexto, jogam contra a sua vida, ao mesmo tempo que não falar delas é fazer menos de suas existências – paradoxo que todo esse escrito buscou sustentar.

Em um arranjo alheado da realidade da periferia, do tráfico, da fome, da precarização do trabalho e da violência policial, à medida socioeducativa tem restado avaliar o devido cumprimento de metas por seus atendidos, desconsiderando os esforços de cada um para realizá-las. A responsabilidade pela restrição do que se aventaria para eles não se coloca apenas sobre o Judiciário, que atribui a sanção, nem sobre a equipe que a executa. A medida socioeducativa, do início ao fim, tem muitos atores que a colocam em marcha. Em razão disso, será tratada como um sujeito constituído por múltiplos intérpretes. Será chamada de *medida*, termo que também denotará a restri-

ção que coloca para os meninos com os quais se encontra ao ver neles não quem dizem que são, mas um efeito do que o seu olho produz ao vê-los de certa maneira: a diminuição de suas possibilidades de experimentação do mundo. As coisas reproduzidas a cada dia e que, por serem realizadas cotidianamente, fazem parecer que não precisariam ser pensadas, também causam “efeitos de sujeição, que fazem dos procedimentos de dominação a trama efetiva das relações de poder” (Foucault, 2010a, p. 39).

Esses meninos recebem observações insistentes sobre suas supostas falhas; desde o berço, vieram *errados*, pois, “do ponto de vista da ordem estabelecida, eles começam roubando o ar que respiram e depois roubam tudo o que encontram: [em função disso] a fome e as balas costumam lhes abreviar a viagem do berço à sepultura” (Galeano, 2013, p. 18). Suas histórias expõem a distância que há entre o discurso sobre os direitos sociais e a prática. Também, que a ideia de educar, em uma racionalidade que os marca como desviantes em seu lugar de nascimento e na cor de sua pele (Brasil, 2019), repete incessantemente o silenciamento da vida e das relações travadas com essas biografias deslegitimadas. No lugar errado, da cor errada, filhos das mães erradas, estudaram erroneamente em escolas fracassadas e têm os amigos errados – em razão disso mesmo, suas memórias permitem contestar os limites de um território existencial e conjecturar o que se poderia inventar em um “deserto de areias moventes que, a cada ventania provocada pelos dispositivos em ação, revela paisagens distintas” (Rodrigues, 2004, p. 30).

Uma vida mostra atravessamentos cotidianos, racismos, desigualdades e violências que vão criando em uma pessoa a impossibilidade de se ver como alguém que pode mais do que fazer sua carne sobreviver, criando variações em seu percurso. Isso não os atravessa sozinhos: quando a vida desses meninos é pensada – e exigida – como um caminho de mão única que precisa se adaptar à rigidez e às solicitações elaboradas sem eles, todos em seu entorno são levados a ser menos do que aquilo que poderiam ser. Se suas vidas ficam impedidas, também a força criativa de quem os acompanha, potencialmente construtora de caminhos mais libertários, o é. Enquanto há uma separação radical entre quem atribui a medida e aquele que a executa (Ministério Público do Estado de São Paulo, 2018), são enfraquecidas as alianças que poderiam ser feitas e fica menos possível a construção coletiva de demandas por parte do técnico responsável pelo acompanhamento direto, precisando responder ao Judiciário; a justiça deixa de ser convocada para a parte que lhe cabe na reiteração das desigualdades sociais.

Em um agir que serve para dizer aquilo que cabe ou não para outra pessoa ou aquilo que, em uma suposta ideia de adolescência, negligencia como cada um se faz em um mundo que o atravessa de modos distintos, a medida produz registros sobre alguém que não existe. Esse alguém sobre quem fala pouco sabe o que é escrito sobre si dentro de um processo que deveria ser tomado como produtor de reflexão, mas que

acaba esvaziado de pensamento. Dizer sobre alguém em um campo tão radical quanto o da liberdade – afinal, tais registros conduzem à extinção da sanção – fica em segundo plano.

Como operar alguma cisão no invariável que diz “sempre foi assim, assim será”? Munida com tal questão, lancei-me à produção de narrativas com meninos contadores de histórias, por meio das quais fizeram testemunhar sua singularidade, o pensamento próprio operando e seus processos de singularização em meio ao agir majoritário da medida. Não que falem histórias nesse campo, elas estão por toda parte; no entanto, nele, parece importar sempre certo lado, violento e homogeneizante, diante do qual não é possível perceber o menino com quem se fala. A singularidade, por sua vez, contém esse sujeito que diz e muitos outros que, a partir dele, pronunciam-se.

Desfazer os enroscos que a medida insiste em manter na relação com os meninos implica que a própria medida se desenlace de algo que reside em seu corpo e que a autoriza a seguir dentro de certa organização em que não precisaria olhar duas vezes. *Perceber* o outro é verbo que pede cercania: alguém o percebe participando, relacionando-se com seu ponto de vista. À distância, vê-o e não compreende, não sabendo o que o move, pois olhar não basta.

No contexto socioeducativo, o menino, destituído da escuta e de um pronunciar seu, fica alheado da constituição da própria trajetória, não podendo nem mesmo se comprometer com o que é dito sobre si ou com as próprias ações. Esse padrão da medida foi construído no “discurso de poder [que é] todo discurso que engendra o erro e, por conseguinte, a culpabilidade daquele que o recebe” (Barthes, 2013, p. 11). No empenho de perceber – e de me perceber com cada menino, fazendo outra de mim mesma –, houve um esforço por me afastar da certeza que distancia ao dar essa lente através da qual eu veria, primeiro, a infração. Sem ela é que poderia colocar as coisas em questão, assim como as estratégias para me relacionar com cada menino em sua história. Nesse processo, a todo tempo era necessária uma “operação de limpeza. [Pois] é preciso purificar o campo da experiência de tudo aquilo que impede de ver” (Lapoujade, 2017, p. 48).

Tendo tal relação como questão, na produção de narrativas, as palavras foram eleitas dentro de um *o que dizer?* que movia as conversas. Eu buscava a composição de uma tessitura muito mais que a descrição do que haviam vivido para apreender modos de dar sentido para suas experiências e, dentro disso, na conversa sobre as palavras das quais lançavam mão para dizerem de si, captar alguma variação nas definições, já que não há sentido invariável, e era essa a proposta de cada encontro: avançar no dizer para, de dentro dele, localizar outras possibilidades para o pensamento, para o modo como percebiam suas experiências e as escolhas que faziam a cada tempo.

Relatar um fato é algo bastante diferente de narrar uma biografia, já que o fato deixa “de fora a pessoa com quem as coisas aconteceram. [...] não dizem como era a pessoa com quem aquilo aconteceu” (Wolf, 2020, p. 16). Assim, buscava escutar as brechas que pareciam escapar no cotidiano das medidas – como não o que os fazia querer trabalhar, mas o que trabalhar implicava e com o que ir ao trabalho os implicava. Era-lhes pedido para falarem sobre o que os fazia viver, o que os fazia dizer *sim* e dizer *não* às coisas com as quais lidavam, pois, “os acontecimentos significam muito pouco, a menos que antes se conheça com quem eles aconteceram” (Wolf, 2020, p. 16).

A vontade de pesquisar foi ativada pelo estranhamento de o menino ser um coadjuvante em um processo que é seu e que, em seu nome, leis e dispositivos são elaborados. Em seu nome, ainda, falam seus pais, seus técnicos, seus educadores, a polícia, o Poder Judiciário. Mas esses meninos têm voz e não havia a necessidade de a pesquisadora lhes emprestar um rumor. Não há nada nestas páginas para além da afirmação de que, se não são vistos ou escutados, é na medida que reside o *não*. No cotidiano dela, a causa da palavra tende a passar ao largo, embora ela esteja tão lá. Adentrando as palavras – pedindo mais delas –, revelam a vida que as enuncia, os esforços dos quais aqueles meninos lançavam mão e os recuos que iam fazendo para que algo neles ficasse intacto, para “*vari*ar ou *persistir*, *expandir-se* ou *contrair-se* – [suas] distintas estratégias vitais” (Pelbart, 2019, p. 16, grifo no original).

Fazer diferente requer esforços que não se fazem a sós. Para uma vida seguir, ela precisa de aliança com a literatura, a poesia, o *rap*, a dança, o cinema, as velas, a cerveja, as partidas, os retornos. Há, então, que se inventar intercessores³ para criar meios de escutar os meninos, escutando-os não apenas com os ouvidos, mas com o saber do corpo. Inventar intercessores é necessário para que conversas continuem e, em sua continuidade, outros elementos que fazem a vida seguir sejam mostrados.

Abraçar outras possibilidades de escuta exige uma radicalidade que desorienta, pois simpatizar com os movimentos que vêm de outra existência requer “assumir traços do outro e, com isso, às vezes até diferir de si mesmo, descolar-se de si, desprender-se da identidade própria e construir sua deriva inusitada” (Pelbart, 2019, p. 173). Escutando e, de certa forma, participando das histórias e das ideias dos meninos, testemunhar por suas vidas. Escrevendo com eles, advogávamos juntos por suas existências,⁴ em um esforço de ampliar o ponto de vista que os observa colocando-se a uma distância segura o suficiente para não se envolver e próxima o necessário para achar que pode dizer como devem viver.

3 “O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra. [...] Eu preciso de meus intercessores para me exprimir, e eles jamais se exprimiriam sem mim: sempre se trabalha em vários, mesmo quando isso não se vê” (Deleuze, 2013, p. 160).

4 Advogar por certas existências advém de conceito trabalhado em Lapoujade, 2017.

Os meninos com quem conversei deram a ver mais do que os modos como as representações sociais os atravessam ao mostrarem uma dimensão que tende a ficar de fora do que a medida olha (um fora do que busca ver) e que constitui suas trajetórias. Esse fora é um menino em sua posição singular produzindo escapes minoritários. Acompanhar aquilo que diziam na perspectiva de abertura, deixando-os falar carregados pelas próprias palavras e perguntas, era “explorar a dimensão narrativa da construção do eu na objetivação da experiência, isto é, a maneira pela qual [...] se constituem discursivamente como sujeitos” (Rago, 2013, p. 30). Apareceram as experiências familiares, os namoros, as transas, as drogas usadas para os mais distintos fins, as baladas, a paternidade, as amizades, a pista de *skate*-biqueira, a morte dos amigos, os descaminhos escolares, a rua.

As narrativas compostas permitiram ver a necessidade de um movimentar contínuo exigido pela vida que insiste em seguir; uma vida que ousa fazer-se outra daquilo que querem fazer dela e daquilo que ela mesma tem feito de si. De repente, aparecia um menino percebendo-se diferente, numa diferença que não cessava de se refazer na memória que compunha com os movimentos que a vida lhe solicitava.

Era possível encontrar muitas coisas sem o uso de perguntas previamente formuladas, habitando a afirmação de que, se não fosse pensada com cada um daqueles meninos, nenhuma pergunta teria razão de existir. Isso requer uma posição de escuta-relação tão difícil e, entretanto, tão importante, em que diferenças aparecem e, sendo ressaltadas, investidas, reafirmadas, abrem espaço para ver por onde a vida passa e faz vibrar diferentemente, pois, “a vida que insiste em todo e qualquer lugar pode ser captada por uma múltipla e complexa composição de forças que nos constituem e nos atravessam incessantemente em sucessivos outramentos” (Coimbra, 2021, p. 137).

Em uma prática inconformada com o desperdício das experiências singulares, os dizeres (orais, textuais, corporais) precisam ser afirmados como problema comum e estranhados por meio do pensamento experimentado a dois, a três, por uma grupalidade. Toda vez que constatei e verbalizei para os meninos que encontrei, nesses anos todos, esses desperdícios que vinham da palavra desinvestida por agentes da medida, advinha neles a vontade de falar; fosse uma frase ou uma história, algo surgia, necessitando atenção àquilo que aparecia e que não poderia, também, ser desperdiçado.

No campo da medida, esse terreno de ameaça à subjetividade, o inusitado tem sido estar lá onde não se espera – onde não se deveria estar –, falar onde se quer o silêncio obediente. Nas frestas de tempos duros, marcados pela reativação de práticas fascistas, outros tempos saltam e são capazes de engendrar novos modos de existir em um infindável processo de criação.

No intento de realizar o percurso investigativo, os capítulos que seguirão foram organizados de forma a contar um trajeto que ajude o(a) leitor(a) a se avizinhar de

meus interlocutores. No capítulo a seguir – “A medida, os meninos” – é apresentado um pouco mais sobre as medidas socioeducativas, em uma tentativa de síntese, pois muito já foi escrito sobre essa política. No esforço de ser breve, passo para a descrição de minha chegada ao campo de pesquisa e pelas primeiras derivas no olhar de pesquisadora, promovidas pelo encontro com o serviço de medidas socioeducativas que me auxiliou, seguindo para a apresentação dos cinco meninos que participaram deste estudo, feita por meio de cartas para eles endereçadas. O capítulo “Fazer da palavra encontro” inicia com uma discussão sobre a vida dos “meninos da medida” para ressaltar a singularidade em detrimento da homogeneização do olhar, seguindo para a explanação da metodologia utilizada na construção dos encontros e na produção das narrativas com os participantes do estudo, registrando uma discussão inicial sobre a palavra e seus usos nesta pesquisa.

Os capítulos 4 a 7 foram construídos com base em narrativas elaboradas em parceria com cada um dos meninos; delas, foram depreendidos temas sobre os quais falavam com maior ênfase, trazendo o terreno da medida socioeducativa para ser pensado no encontro com suas trajetórias de vida. “O corpo do outro invadido” foi tecido sobre o texto escrito a partir dos encontros com MC Poeta, em que os temas predominantes foram a produção de conversa, a constituição do comum, a medida socioeducativa como moldura (ou como restrição) e ser testemunha de violências na unidade de internação. O quinto capítulo, “Um gesto insuficiente”, foi todo feito com uma dupla de meninos, que pediu para conversar em conjunto em seu local de trabalho como jovens aprendizes; Sorriso e Likão articularam conversas que fizeram pensar o racismo, ser sempre suspeito, a família e o trabalho. O capítulo 6 foi o que teve maior tempo de construção de histórias, pois os encontros com Curió se alongaram por cinco meses. Dos textos que elaboramos juntos, foram depreendidas reflexões sobre a figura de referência na medida, a escola, o dinheiro e o tempo de duração da medida. O capítulo seguinte, “Viver em uma corda bamba”, estruturado com Alemão, traz como questão ser um sujeito que produz medo, tomado como ameaça ao outro, além dos relatórios produzidos na medida, a geração de renda e a (difícil) vida em liberdade. Para concluir, o posfácio “Sobre um tempo inconcluso” reúne considerações finais depreendidas da pesquisa, afirmando o necessário inacabamento como o gesto mais sincero de uma escrita sobre a vida

